

---

# “Não sabia que os pretos escreviam essas coisas”: cotistas negros, movimento Ocupa IFCS e transformações curriculares na área de antropologia

Maria Macedo Barroso<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo descreve e analisa uma experiência docente na graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ em 2016 quando, juntamente com a implementação das primeiras políticas de ações afirmativas voltadas ao ingresso de alunos cotistas naquela universidade, desencadeou-se uma mobilização estudantil no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, o movimento Ocupa IFCS, que durou cerca de dois meses. Partindo da perspectiva da antropologia política e destacando o protagonismo dos cotistas negros dentro do movimento, procuro articular na análise o contexto em que ele aconteceu, as pautas que colocou, as principais clivagens que provocou dentro da comunidade universitária e o significado das novas formas de veiculação de lutas políticas em que se apoiou. Realizo ainda algumas reflexões sobre transformações curriculares no ensino de antropologia a partir dessa experiência.

**Palavras-chaves:** Cotistas negros, Movimentos sociais, Currículo de Antropologia

---

<sup>1</sup> Professora aposentada do Departamento de Antropologia – DAC e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

## **“I didn’t know that blacks wrote these things”: black quota holders, the Occupy IFCS movement and curricular transformations in the field of anthropology**

**Abstract:** The article describes and analyzes a teaching experience in the undergraduate course in Social Sciences at the Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ in 2016 when, together with the implementation of the first affirmative action policies aimed at the admission of quota students to that university, a student mobilization was triggered at the Institute of Philosophy and Social Sciences – IFCS, the Occupy IFCS movement, which lasted about two months. Using the perspective of political anthropology and highlighting the protagonism of black quota students within the movement, I try to articulate in the analysis the context in which it took place, the guidelines that it placed, the main cleavages that it provoked within the university community and the forms of political struggles it was based. I also make some reflections on curricular transformations in the teaching of anthropology based on this teaching experience.

**Keywords:** Black quota holders, Social Movements, Anthropology Curriculum

.....  
“E foste o difícil começo, afasto o que não conheço...” (Caetano Veloso)

Esse artigo decorre de minha experiência como docente da disciplina de Antropologia Cultural no primeiro semestre de 2016 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em que tive a oportunidade de dar aulas para alunos que entraram na universidade pelo sistema de cotas<sup>2</sup>. Implantado apenas dois anos antes, esse tipo de processo seletivo resultou na presença de um contingente significativo de alunos negros nas turmas de graduação, mesmo em seus momentos iniciais. Pretendo descrever os eventos que levaram ao protagonismo desses alunos no movimento *Ocupa IFCS*, desencadeado entre junho e agosto daquele ano no Instituto, as reivindicações veiculadas por seus participantes e as fronteiras demarcadas pelo movimento em relação a formas de mobilização anteriores do movimento estudantil, esboçadas desde 2012 em outros processos, globais e locais, sob o formato da *ocupação*.

---

2 A lei das cotas para ingresso nas universidades federais brasileira, como ficou conhecida a Lei nº 12.711 de 2012 regulamentada pelo Decreto nº 7.824, também de 2012, definiu um percentual de 50% do preenchimento de suas vagas a partir de critérios socioeconômicos e raciais. Na UFRJ, ela começou a ser implementada a partir de 2014, ano em que a instituição aderiu também ao sistema ENEM/SISU, concurso público de âmbito nacional, para o ingresso em seus cursos.

Antes de fazê-lo, contudo, quero precisar que não irei objetificar a turma da disciplina de Antropologia Cultural no sentido estrito do termo, mas procurar ampliar minha análise de modo a poder identificar os impactos que o convívio com ela produziu sobre mim. Partirei assim não apenas de minha autoridade etnográfica e de minha filiação aos estudos na área de antropologia política para falar sobre esse grupo particular de alunos, mas de minha própria experiência como parte implicada no desenrolar dos acontecimentos que vou narrar. Considerarei três níveis de registros ligados às transformações que essa experiência produziu, ligados 1) a meu modo de ver a política frente a características novas de mobilização dos alunos; 2) a minha forma de conceber a relação docente com os alunos; e 3) ao conteúdo programático das disciplinas de antropologia frente ao perfil dos alunos cotistas.

## **1. Mobilizações políticas em tempos de fragmentação dos movimentos sociais**

A turma de Antropologia Cultural era composta essencialmente pelos calouros do curso de Ciências Sociais que ingressaram no IFCS no primeiro semestre de 2016. Dentro dela havia um contingente expressivo de alunos negros oriundos do sistema de cotas, e também, por conta da mobilidade propiciada pelo sistema de seleção do ENEM<sup>3</sup>, além dos residentes no Rio de Janeiro e cidades próximas, alunos de outros estados da federação, notadamente de São Paulo.

Os estudantes dessa turma fizeram parte do movimento *Ocupa IFCS*, podendo ser considerados a espinha dorsal do movimento do início ao fim de seus quase 50 dias de duração. Nesse período, ocuparam o prédio do instituto, que reunia os cursos de Ciências Sociais, Filosofia e História da UFRJ, dormindo no hall de entrada, fazendo sua higiene pessoal nos precários banheiros do prédio e alimentando-se com doações obtidas por simpatizantes do movimento. A principal reivindicação expressa pelos participantes ligava-se justamente ao quesito alimentação. Nesse sentido, buscavam dar solução a uma “injustiça histórica” da universidade em relação aos cursos que se localizavam no Centro da cidade do Rio de Janeiro, que nunca tinham tido direito ao sistema de *bandejão*, como ocorria em suas outras unidades. Os *bandejões* funcionavam com preços

---

3 O ENEM, o Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998, avaliava por meio de um exame unificado o desempenho dos estudantes ao final da escolaridade básica, tendo sido articulado a partir de 2009 ao Sistema de Seleção Unificada – SISU, que possibilitava aos alunos candidatarem-se a universidades localizadas em qualquer ponto do território nacional por meio de sua classificação obtida no ENEM.

subsidiados, permitindo aos alunos de baixa renda arcarem com os custos da alimentação.

Como obstáculo principal a essa reivindicação, a direção do instituto alegou inicialmente falta de condições arquitetônicas no prédio, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para fazer as mudanças físicas que um restaurante demandaria. Frustrados pela negativa da direção em dialogar sobre essa reivindicação, os alunos passaram a estabelecer canais de comunicação diretos com setores da Reitoria da universidade, localizada na Ilha do Fundão, que vinham demonstrando maior sensibilidade em relação à situação dos alunos cotistas. Criou-se assim, de cara, um antagonismo entre as autoridades acadêmicas do instituto e as autoridades da reitoria, que expressava também diferentes visões quanto às mobilizações estudantis desenvolvidas sob o modelo das *ocupações*.

Registre-se aqui que os alunos que participaram da *ocupação* do prédio do IFCS autoproclamavam-se como “independentes” dos movimentos estudantes “tradicionais” que, embora com dinâmicas próprias e ligados a reivindicações específicas, vinculavam-se em grande medida aos partidos políticos nacionais existentes no país, sobretudo do campo da esquerda, e mobilizavam-se em geral dentro do modelo das greves estudantis para encaminhar suas demandas. A *ocupação*, nesse sentido, constituiu uma alternativa em relação à greve.

Rejeitando as filiações partidárias que orientavam os movimentos de representação estudantil oficialmente reconhecidos na universidade sob o formato de grêmios e diretórios acadêmicos, o movimento no IFCS apoiou-se em *coletivos*, isto é, em formas de organização política associadas aos novos movimentos sociais (Alvarez, Dagnino e Escobar 2000), que a partir dos anos 1990 incorporaram dimensões de gênero, raça, etnia e cultura ao vocabulário mais tradicional associado ao recorte de classe dos movimentos de esquerda no Brasil<sup>4</sup>. No caso do *Ocupa IFCS*, os coletivos de mulheres e de negros desempenharam um papel chave.

---

4 Este artigo não tem como escopo discutir as teorias e análises no campo das Ciências Sociais sobre os discursos e práticas políticas enfeixadas sob o rótulo dos “movimentos sociais”. Para um bom panorama sobre os autores que formularam e desenvolveram esse conceito, sua utilização nos casos latino-americano e brasileiro, e sua aplicação à análise específica dos movimentos de ocupação de escolas secundárias e universidades no Brasil, ver GOHN (1997, 2014, 2017 e 2019).



Nesse conjunto de características novas em relação a mobilizações estudantis anteriores, alguns identificaram a influência de movimentos anarquistas, já que a ideia de *ocupar* como forma de ação política podia ser vista como um tipo de ação direta ao estilo das práticas anarquistas<sup>5</sup>. De forma mais imediata, e segundo o “mito de origem” narrado pelos participantes do *Ocupa IFCS*, o movimento inspirou-se nos movimentos das escolas secundárias de São Paulo e do Rio de Janeiro<sup>6</sup>, espelhados por sua vez nas mobilizações dos estudantes chilenos<sup>7</sup>.

Esta forma de mobilização entretanto tem sido uma prática que vai além dos movimentos estudantis. No caso do Brasil, ao menos desde a década de 1980, *ocupar* tem feito parte das estratégias políticas de movimentos camponeses, indígenas e de populações urbanas periféricas. Assim, tem sido usada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST para questionar os estoques de terra imobilizados pelos latifúndios improdutivos no Brasil; é a forma como os Guarani “entram” nas fazendas do Mato Grosso do Sul, cujos donos se apropriaram de suas terras de ocupação tradicional; e é a maneira como os sem teto nas cidades tomam imóveis sem uso, em geral pertencentes ao poder

---

5 Em que pese a utilização de repertórios de atuação inspirados nas tradições do anarquismo, tais como ação direta, autogestão, democracia direta, ausência de lideranças e não utilização de mediadores da política institucional, cabe registrar que os movimentos de ocupação tanto das escolas secundárias quanto das universidades não tinham no horizonte qualquer tipo de projeto de tomada de poder ou de questionamento da existência de canais de atuação e gestão burocrática do Estado. As reivindicações desses movimentos dirigiam-se às estruturas institucionais do Estado, dentro de uma lógica que agregava às demandas identitárias por reconhecimento dos assim chamados “novos movimentos sociais”, questões também redistributivas, repaginando antigas pautas de luta por melhoria da qualidade de serviços públicos e das condições de vida da população. Segundo Gohn (2019), as formas de agir inovadoras das ocupações estudantis de 2015 e 2016 em relação a movimentos anteriores, recuperando estratégias da tradição anarquista e incluindo o uso intensivo das redes sociais na mobilização de seus participantes, caracterizariam o que se poderia chamar de “novíssimos movimentos sociais”.

6 As ocupações de escolas tiveram início em 2015 em São Paulo, quando cerca de 200 escolas da rede estadual foram ocupadas pelos alunos para protestar contra um plano de reorganização escolar proposto pelo governo de Geraldo Alckmin, que implicaria no fechamento imediato de cerca de uma centena de escolas e no remanejamento dos alunos de aproximadamente 800. O movimento, com novas pautas, avançou para outros locais do Brasil ao longo de 2016, fortalecendo-se particularmente no Rio de Janeiro, onde as ocupações, ocorridas em 68 escolas, coincidiram com uma greve de professores deflagrada no início daquele, que durou cinco meses. Além do Rio de Janeiro e São Paulo, o fenômeno das ocupações se espalhou também para os estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco e Paraná (SANTANA 2019), encampando reivindicações que, além das pautas particulares de cada escola, colocavam-se contra projetos de lei do executivo e do legislativo, como a PEC 241, de 2016, conhecida como a “PEC do Teto de Gastos”, que limitava as despesas do governo com saúde, educação, serviços públicos e previdência social; o projeto PL 193, de 2016, que continha o programa “Escola sem Partido; e a medida provisória 746, de 2016, do Novo Ensino Médio, que modificava as regras curriculares e de funcionamento do ensino secundário (RIBEIRO; PULINO 2019).

7 O movimento dos estudantes secundaristas no Chile, em 2006, conhecido como a Revolta dos Pinguins, deu origem a um manual intitulado *Como ocupar um colégio?*, que, juntamente com vídeos e outros materiais de apoio e orientação, difundiu-se por diferentes movimentos de ocupação de escolas no Brasil, fazendo com que formas de militância, estética das manifestações e estratégias comunicativas tivessem muito em comum nas diversas ocupações brasileiras (CARVALHO; MEDAETS; MAZIÉ 2019).

público, organizando-se de forma cooperativa para geri-los. Na base de todos esses movimentos, verifica-se um esforço de auto-organização de grupos precariamente contemplados por políticas públicas que deveriam lhes garantir direitos básicos de sobrevivência, seja no caso do acesso à terra, seja no que diz respeito a boas condições de saúde, educação e moradia. O movimento *Ocupa IFCS*, dentro desse quadro, pode ser situado no âmbito dos questionamentos às universidades públicas por não garantirem condições de subsistência aos estudantes de escolas públicas, negros e indígenas para os quais abriram as portas do acesso através do sistema de cotas, sem lhes oferecerem condições de permanência e sucesso adequadas. Não por acaso, a principal reivindicação do *Ocupa IFCS* foi por alimentação a preços acessíveis.

*Ocupar* tem sido também uma forma de ação direta de vários movimentos pelo mundo que adotaram o nome “*occupy*” em inglês como palavra de ordem, reunindo setores excluídos e marginalizados contra o avanço do capitalismo financeiro e do receituário neoliberal a ele associado, adotado na era da globalização. A influência desses movimentos pode ser incluída entre aquelas que contribuíram para o *Ocupa Ifcs*, já que vários estudantes do instituto fizeram parte do movimento *Ocupa Cinelândia*, em 2012, diretamente inspirado no *Occupy Wall Street*, no Estados Unidos, que ocorrera no ano anterior<sup>8</sup>. Naquela época diversos alunos de minhas turmas de antropologia na graduação tiveram papel ativo na estruturação dos eventos na Cinelândia, chegando inclusive a produzir trabalhos de final de curso com reflexões e análises sobre a ocupação. Nesses, descrevia-se as inovações surgidas no movimento, sobretudo quanto às formas de auto-gestão do acampamento, o perfil de seus participantes, composto basicamente por estudantes, artistas e pela população de rua do centro da cidade, e os prognósticos quanto a seus resultados. As pautas de reivindicação incluíram desde melhores condições de oferta de serviços públicos na cidade, de caráter local, até reivindicações mais amplas ligadas a grandes questões nacionais nas áreas de emprego e renda, meio-ambiente e direitos humanos. Podemos considerar que a presença dos estudantes do IFCS nesse movimento, em que os participantes se revezaram na ocupação da principal praça do centro da cidade, dormindo em barracas, foi estratégica. Segundo entrevista concedida por um

---

8 O *Occupy Wall Street*, em Nova York, tem sido discutido dentro do espectro de movimentos antiglobalização que se constituíram a partir de 2010, entre os quais a Primavera Árabe, iniciada na Tunísia, o 15M da Espanha e o #Yo Soy 132 do México, entre outros, em que as categorias de análise de *rede social* e *redes de mobilização social* têm ganhado centralidade, para dar conta de articulações que tem ido além das fronteiras nacionais (GOHN, 2014).

deles, do curso de Ciências Sociais, a desvinculação de formas tradicionais de mobilização política, descartando lideranças e hierarquias<sup>9</sup>, foi descrita assim:

“(...) esse não é um movimento feito por organizações, é feito por pessoas individuais. É difícil dizer qual é a cara do movimento, essa cara está sendo construída. (...) A gente funciona através de assembleias que definem as nossas atividades e o que a gente se propõe a ser. A gente funciona sem nenhuma liderança, [por] autogestão, e as deliberações são tomadas através de consenso nas assembleias. (...) Todo mundo é bem-vindo, todo mundo participa. O que a gente tem em comum é o fato de ser indignado. A gente não gosta das coisas do jeito que elas estão, a gente não se sente representado pelos partidos e quer mudar. A gente aceita pessoas de todos os movimentos e partidos, mas não quer os partidos aqui. Não tem nenhuma bandeira ou partido nos representando”.<sup>10</sup>

O movimento de *ocupação* do IFCS, de 2016, guarda inúmeras semelhanças com o *Ocupa Cinelândia*, podendo ser visto como tributário de uma genealogia de antecessores que acionaram como tipo principal de mobilização a permanência em um espaço físico até ter suas reivindicações atendidas. No seu caso particular, entretanto, foi marcado sobretudo por pautas “localizadas”, “pequenas”, ligadas às questões emergenciais vividas por um grupo restrito de pessoas — os estudantes do ensino superior da UFRJ localizados em um instituto no centro da cidade — sendo a principal, como dissemos, a luta pela alimentação.<sup>11</sup> Nesse sentido, o do formato da luta, representou uma ruptura em relação aos movimentos estudantis institucionalizados pelos Diretórios e Centros Acadêmicos, demonstrando ceticismo e desconfiança em relação aos mesmos. O movimento se auto-representou como independente, horizontal, e, numa inversão de hierarquias, afirmou-se como tributário de modos de mobilização aprendidos

---

9 Ver nota 5.

10 Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/10/26/inspirado-em-movimento-de-ny-grupo-de-indignados-ocupa-a-cinelandia-rj-com-barracas-e-autogestao.htm>, acesso em 13/10/2012.

11 As demandas e questões explicitadas no manifesto lançado pelos estudantes durante a ocupação eram mais amplas, entretanto, e incluíam: a criação de uma política de alimentação para os cursos da UFRJ localizados no centro da cidade (cobrindo cerca de 7 mil pessoas); a condenação do projeto de lei federal PL 867/2015 (projeto Escola sem partido); o retorno integral das bolsas de auxílio permanência; o retorno do bilhete único universitário, para o transporte dos estudantes; o apoio às ocupações de escolas estaduais; o apoio às políticas de cotas raciais na pós-graduação; e a demanda de democratização da internet no IFCS, com extensão da rede de wifi a todo o prédio do instituto. (Disponível em <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/estudantes-ocupam-ifcs-da-ufrj-por-alimentacao-e-em-apoio-a-greve-da-uerj-15062016>, acesso em 28/02/2017)



com os estudantes secundaristas, ao invés de ter ensinado – como se poderia esperar de estudantes universitários mais “adiantados” - algo a eles.

O movimento contou com a simpatia inicial dos *coletivos* de negros e de mulheres do IFCS e mesmo do movimento estudantil institucionalizado, apesar da rejeição de seus participantes, como já apontado, às representações estudantis organizadas. Um comentário de uma das participantes da ocupação ajuda a entender o papel estratégico dos alunos cotistas no movimento: “As organizações de representação estudantil e os coletivos só acompanham no primeiro momento, depois vão embora”<sup>12</sup>. O grande pilar de sustentação do movimento ao longo de seus 52 dias de existência, foram, assim, os alunos calouros do curso de Ciências Sociais do IFCS, em sua maioria negros e cotistas, com um expressivo e combativo contingente de mulheres, que se dispuseram a viver no instituto, ocupando-o dia e noite, de forma permanente. Grande parte deles vivia em condições precárias no alojamento estudantil do UFRJ na Ilha do Fundão, ou dividia moradias de péssima qualidade no centro da cidade, mal podendo se alimentar diariamente com os programas de auxílio oferecidos à época pela universidade.

Com uma consciência clara sobre o significado de estarem cursando uma universidade pública, via de regra como os primeiros representantes de suas famílias a terem alcançado essa condição, os estudantes do primeiro período colocaram como uma demanda inegociável a continuidade das aulas durante a ocupação. Esse posicionamento constituiu mais uma novidade em relação às formas tradicionais de reivindicação estudantil, muitas vezes associadas às greves e à paralização das aulas. Isso pode ser atribuído sem dúvida a essa *marca de origem* dos estudantes cotistas habituados à má qualidade da oferta de serviços públicos educacionais, em grande medida devida à baixa remuneração de professores e muitas vezes questionadas por meio de longas greves desses profissionais que, mesmo sem essa intenção, acabavam por comprometer mais ainda a já precária formação dos alunos, e a aprofundar a desigualdade entre os alunos das escolas públicas e os alunos das escolas particulares, que, com professores mais bem pagos, raramente enfrentavam greves.

Essa questão produziu um efeito inesperado entre o corpo docente do IFCS, angariando para o movimento de ocupação a simpatia de professores

---

<sup>12</sup> Comunicação pessoal à autora.



mais alinhados à direita no espectro político do instituto, sempre contrários ao mecanismo das greves como instrumento de reivindicação de direitos. Àquela altura, além disso, o caráter à primeira vista “apolítico” da mobilização, que reivindicava, como já apontado, um distanciamento das formas de representação política tradicional dos estudantes, monopolizadas via de regra por grupos mais à esquerda, constituiu um outro fator de consolidação dessa simpatia, sobretudo quando os acontecimentos em nível nacional, em plena ebulição com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, aprofundavam uma polarização entre direita e esquerda que só faria crescer nos anos seguintes. Nesse sentido cabe registrar que o viés “anarquista” e “individualista” do movimento também vinha a calhar para os setores mais à direita, por retirar da cena discussões mais amplas sobre a realidade nacional, eliminando a percepção de possíveis nexos entre a ascensão de governos com compromisso neoliberal mais definido no país e a degradação das condições de permanência dos estudantes cotistas na universidade. O slogan “fora Temer”<sup>13</sup>, que dominava as mobilizações de grupos do espectro da esquerda em nível nacional naquele momento, assim, nunca fez parte do movimento.

Outra das ironias ligadas à ocupação foi assistir a simpatia que uma mobilização conduzida sobretudo pelos alunos cotistas negros provocou entre os professores de um dos institutos que mais haviam se oposto ao sistema de cotas raciais na universidade pública, notadamente no caso do Departamento de Antropologia Cultural<sup>14</sup>. A explicação para essa estranha confluência pode ser encontrada na polarização mencionada acima, já que boa parte dos professores do instituto foi favorável ao *impeachment*, situando-se, naquela conjuntura, dentro de uma postura mais à direita no espectro político, que se coadunava

13 Alusão ao sobrenome do vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, que assumiu a presidência quando o *impeachment* se consumou, em 31 de agosto de 2016, pouco antes portanto do início do movimento Ocupa Ifcs.

14 O Departamento de Antropologia Cultural era um dos três departamentos que compunham o IFCS, juntamente com o de Ciência Política e o de Sociologia. Cabe registrar que a UFRJ como um todo também se posicionou durante um longo período de forma contrária ao sistema de cotas raciais, tendo sido uma das últimas universidades federais a adotá-lo, fazendo-o somente depois da decisão do Supremo Tribunal Federal que gerou a Lei Federal de Cotas (Lei n. 12.711), de 29 de agosto de 2012. Para que se tenha uma ideia da demora, a Universidade de Brasília, pioneira nessa inovação, instituiu-as dez anos antes, em 2004, instaurando um debate que se acentuaria nos anos seguintes entre defensores e opositores do sistema. Para a descrição dos argumentos contrários às cotas raciais a partir de posicionamentos elaborados por professores do Departamento de Antropologia da UFRJ que estiveram à frente do debate acadêmico em nível nacional sobre esse tema, ver, entre outros, MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. “O debate que não houve: a reserva de vagas para negros na universidade brasileira”. *Enfoques*, 1(1):93-117, 2002; FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. “Cotas raciais- construindo um país dividido?” *Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF*. Niterói, v. 6, n. 1, jun. 2004; FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor et alii. (orgs). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; e MAGGIE, Yvonne. “Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas.” *Horizontes Antropológicos*, 111 (23): 286-291, jun. 2011.

com a ausência de pautas nacionais no movimento. Já do lado dos professores que foram contra o *impeachment* no instituto, houve uma fragmentação que se traduziu, no caso do *Ocupa IFCS*, pelas diferenças de postura entre a reitoria e a direção do IFCS quanto às reivindicações colocadas pelos estudantes, a primeira apoiando-as e a segunda interpondo diversos obstáculos para atendê-las, uma vez que vinham sendo encaminhadas por grupos não institucionalizados dentro do movimento estudantil, que a direção não considerava necessariamente como instâncias legítimas de representação com as quais pudesse negociar. De fato, a proposta de *horizontalidade* que orientou a ocupação, sem lideranças definidas que se assumissem como porta vozes ou representantes do movimento, dificultava as negociações<sup>15</sup>.

Outras clivagens também se constituíram entre os professores com perfil mais à esquerda do instituto, dividindo os que apoiavam a direção e os que ficaram contra ela, favoráveis à *ocupação*, expressando rachas e rupturas entre membros do corpo docente historicamente vinculados ao Partido dos Trabalhadores, frontalmente atingido e fragilizado naquele momento pelo andamento do golpe contra Dilma Roussef. Nesse sentido, considero que o movimento marcou um momento de embaralhamento e suspensão dos alinhamentos políticos tradicionais dentro do instituto, favorecendo de um lado a despolitização do movimento estudantil em relação às grandes questões nacionais, mas, ao mesmo tempo, abrindo espaço para um tipo de reivindicação até então silenciada dentro de uma universidade pública com corte profundamente elitista, marcada pela presença de estudantes de alto poder aquisitivo, que, até a instituição das políticas de ação afirmativa, predominava em seus cursos, por terem maiores condições de sucesso nos concursos de seleção para o ingresso nessas instituições, líderes em todos os *rankings* de ensino e pesquisa no país, e por isso, as mais procuradas.

Nesse contexto, a presença de estudantes negros foi sem dúvida um divisor de águas naquele momento, obrigando a um rearranjo de alianças no instituto a partir de uma clivagem que remetia diretamente ao debate sobre as cotas raciais,

---

15 Recorro nesse sentido a minhas notas etnográficas sobre uma reunião convocada pelos participantes do movimento a todos os membros do Instituto, docentes, técnicos e alunos interessados em se inteirar de suas agendas, encaminhamentos e reivindicações, em que todos os procedimentos “tradicionais” de organização de reuniões políticas, tais como a presença de uma mesa de coordenação, a elaboração de uma lista de pontos de discussão, a sistematização de propostas e os procedimentos de votação foram sistematicamente recusados ao longo da reunião, que se transformou assim numa sucessão de falas e depoimentos pessoais de teor muitas vezes catártico, que não produziram entretanto qualquer documento formal a ser encaminhado para negociação junto às instâncias universitárias cabíveis.

cabendo lembrar que entre as demandas do *Ocupa IFCS* estava a inclusão de cotas raciais nos cursos de pós-graduação<sup>16</sup>. Além disso, a constatação de que a *po-breza tem cor* no Brasil, comprovada em inúmeros estudos, ficou evidenciada no movimento, pois a entrada de um contingente inédito de alunos negros na UFRJ colocou como prioridade as condições materiais de sustentação daqueles alunos, em sua grande maioria sem possibilidades de permanecer na universidade sem políticas de apoio nos quesitos de alimentação, moradia e transporte.

## 2. A relação professor-aluno em tempos de ocupação

Como as aulas não foram interrompidas, por demanda expressa dos participantes do movimento, como apontado acima, criou-se uma situação *sui generis* para os professores do turno da manhã, que ao chegarem no prédio tinham que atravessar o mar de colchonetes e sacos de dormir em que os alunos da *ocupação* haviam passado a noite, e cruzar com os varais improvisados de suas roupas estendidas na entrada, secando. Em frente à tripla porta de entrada do Instituto, uma instalação com forte apelo emocional mostrava a centralidade da questão da alimentação:



(Foto Maria Barroso, 3 de julho de 2016)

Como meu curso era dado no primeiro horário da manhã, pude acompanhar de perto a evolução da situação, e tive muitas vezes meus alunos chegando envoltos em cobertores em sala de aula, pois o movimento ocorreu em um dos invernos mais frios da cidade, entre junho e agosto daquele ano.

O esforço para não se atrasarem nem faltarem as aulas me surpreendia, assim como a atitude expressa de não falarem sobre a ocupação em sala. Era

<sup>16</sup> Ver nota 5.



como se quisessem deixar claro que “não misturavam as estações”. O curso era o curso, estavam ali para fazê-lo. Eu pelo meu lado encarava o movimento de forma meio cética, incomodada pelo que me parecia ser uma falta de consciência dos alunos quanto à relação entre os problemas vividos por eles e a política nacional, sobre a qual, como já comentado, o movimento fazia questão de não se pronunciar. Naquela altura, por exemplo, a UFRJ havia ampliado seu número de vagas com o equivalente a todo o contingente de alunos da universidade federal de Santa Catarina<sup>17</sup>, ao mesmo tempo em que sofria cortes em seu orçamento, o que impedia qualquer possibilidade de ampliar o apoio à permanência dos alunos, uma das reivindicações centrais do movimento. Parecia-me assim que os estudantes perdiam a oportunidade de se juntarem aos setores dentro da universidade que se alinhavam contra o governo de Michel Temer, e de fortalecer os grupos que se opunham, de forma mais ampla, ao desmonte em curso do ensino público e ao retrocesso das pautas associadas à ampliação das vagas nas universidades públicas implementadas pelos governos petistas. A possibilidade de se tornarem massa de manobra dos professores que haviam apoiado o golpe, muitos dos quais favoráveis à privatização das universidades públicas, também me afligia. A tensão entre a direção do instituto e os alunos da *ocupação* era um indicador importante nesse sentido, pois aquela havia se tornado o principal alvo das críticas dos professores mais conservadores, sendo ao mesmo tempo abertamente contrária ao governo Temer e alinhada com o movimento estudantil de corte mais tradicional e institucionalizado dentro da universidade.

Se quiséssemos fazer recurso a um instrumental de análise clássico dentro da antropologia política, poder-se-ia dizer que estávamos vivendo um momento de anti-estrutura no instituto, isto é, um momento em que a estrutura social vigente e seus rituais de apoio estava suspensa (TURNER 1974). A forte ligação emocional entre os alunos que participaram da *ocupação*, tecida pelo convívio diário na penosa situação de morar no instituto em condições mais do que precárias, bem como a suspensão temporária das identidades individuais em favor de uma identidade coletiva mais forte esteve presente de forma notável no movimento, apesar das diversas camadas e inúmeras tensões dentro dele, marcado por clivagens de gênero, classe e cor. Entretanto, o sentimento de *communitas*

---

17 Essa comparação e os dados citados foram trazidos pelo reitor da UFRJ, Roberto Leher, em encontro com os estudantes da ocupação em agosto de 2016. (Disponível em [https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id\\_article=7135](https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=7135), acesso em 18/10/2017)



descrito por Turner nos momentos de eclosão da anti-estrutura, estava ali, e a experiência cotidiana de dormirem juntos no frio, se alimentarem mal e ficarem isolados e longe de suas famílias por um longo período, se expressava claramente em sala de aula, não, como já disse, por meio de manifestações diretas sobre o movimento, mas por um silenciamento tácito que revelava uma cumplicidade entre todos para passar uma mensagem clara quanto ao interesse pelo curso e seu conteúdo. Essa postura, extremamente respeitosa com minha posição de docente, traduzia-se por uma intensa participação nas aulas e pelo cumprimento de todos os acordos acadêmicos que havíamos feito no início do semestre, antes do *Ocupa IFCS* começar. Isso tudo obrigou-me a complexificar o que pensava sobre o movimento. Com certeza havia ali uma simpatia mútua em jogo, certamente relacionada a meu posicionamento abertamente favorável às cotas e que não se separava de uma postura rigorosa em relação à formação dos alunos e à recusa de qualquer tipo de postura paternalista ou que abrisse mão da transmissão de conteúdos programáticos da disciplina. Por uma confluência benigna, eu diria, e típica dos movimentos de anti-estrutura identificados por Turner, no contexto da *Ocupação*, minhas posturas pedagógicas afinaram-se com os anseios dos alunos e criaram um sentimento de unidade entre eu e eles, ainda que eu discordasse de seu silenciamento em relação à política em sentido mais amplo<sup>18</sup>, e torcesse pela abertura de um canal de negociação e diálogo entre eles e o movimento estudantil tradicional. Tendo sido professora alguns anos antes da rede estadual de ensino médio, por sua vez, eu entendia perfeitamente aquele questionamento do formato *greve* como instrumento de demanda política, pois havia presenciado os estragos que ele trazia para os estudantes do ensino público e para os que davam aulas nele, em geral com raríssimo sucesso nas pautas de reivindicação colocadas pelos movimentos. Naqueles períodos de intensa frustração e de seguidas derrotas dos professores, eu sonhava com alguma inovação nas formas de luta e reivindicação do setor. Não podia, portanto, me negar a ver que estava presenciando uma, embora cheia de problemas e contradições, e pior, podendo servir a quem não tinha nenhum interesse em criar melhores condições de funcionamento para uma universidade pública mais inclusiva.

---

18 Cabe registrar que pouco antes do início do movimento de ocupação dos alunos, em 10 de junho de 2016, professores dos institutos de História (IH) e de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) que trabalhavam no prédio haviam lançado um manifesto de repúdio ao governo de Michel Temer em que detalhavam as inúmeras medidas em nível nacional adotadas nos primeiros dias daquele governo que já apontavam para o desmonte de políticas públicas nas áreas de educação, ciência e tecnologia, e de políticas sociais no país. O único ponto em comum com as pautas apresentadas pelo movimento Ocupa IFCS foi a condenação do projeto de lei Escola sem Partido, entendido como um projeto de censura ao exercício do magistério.

Dei-me conta de que as “pautas locais” e a recusa em estabelecer relações com os movimentos políticos institucionalizados na universidade não retiravam do movimento um caráter político e formador, com uma origem, perfil e motivação desconhecidos para mim até então. Estávamos diante de uma situação limite, em que os estudantes que estavam entrando na universidade pelas políticas de ação afirmativa não tinham como permanecer ali sem condições mínimas de sobrevivência, algo que não afetara a maioria dos estudantes de classe média até então.

Recorrendo mais uma vez ao vocabulário de Turner, estávamos diante de uma situação de *liminaridade* (op. cit.), de transição, em que se buscava afirmar novas posições, identidades e formas de fazer política dentro dos mundos sociais da academia. O parto era difícil. Compreendi que, sem dúvida, ele tinha que começar dando-lhes condições materiais de frequentar os cursos. Isso não significava entretanto, a meu ver, que outras coisas não tivessem que vir juntas para consolidar as transformações.

### 3. A questão curricular

Quando o movimento *Ocupa IFCS* começou, o pouco que eu conhecia dos alunos da disciplina de Antropologia Cultural vinha das redações que havia pedido que escrevessem no primeiro dia de aula explicando as razões da escolha do curso de Ciências Sociais. Entre os motivos expostos com a sinceridade de quem está cheio de expectativas ao entrar na universidade, destacava-se amplamente a percepção do curso como um meio de ter uma ação no mundo em direção a uma sociedade mais justa e a desconfiança de alguns de que esta talvez fosse uma visão romântica, que não viria a se confirmar. Nesse sentido, uma das redações se destacava, criticando um aspecto pouco percebido pela maioria, mas que estava diretamente implicado com os dilemas ligados à entrada dos cotistas na universidade. Refiro-me ao elitismo dos cursos e a seu descolamento da realidade vivida pelos alunos:

Estou cursando o segundo período de Ciências Sociais e me recordo que no primeiro respondi à mesma questão do professor. Lembro que na época respondi verbalmente e em minha fala diante dos colegas não contive o entusiasmo. Eu tinha acabado de passar para uma instituição federal de renome e achava que poderia fazer muito pelo meu

povo no curso (...). Percebo que hoje minha resposta infelizmente não é nem um pouco parecida, não sou mais o mesmo garoto do primeiro período. Não me encontrei nos textos e disciplinas, muitas vezes me peguei questionando a elitização acentuada de todo o contexto e minha grande decepção. (...) Escolhi o curso pois queria falar com prioridade do meu povo [negro], queria passar a realidade que muitas vezes não enxergo nos artigos acadêmicos, mesmo sabendo que os profissionais [que os escrevem] são aptos para aquilo”. (B.B., aluno do primeiro semestre de 2016 da disciplina Antropologia Cultura).

Essa redação foi um primeiro indicativo para mim sobre os efeitos da presença dos cotistas nos cursos e dos questionamentos que deveríamos fazer em relação aos conteúdos curriculares de antropologia com que vínhamos trabalhando. A disciplina de Antropologia Cultural traçava uma espécie de resumo da história da disciplina e das principais questões levantadas por ela até a primeira metade do século XX, devendo ter sequência nas disciplinas de Antropologia I, II e III, que completavam essa história até os dias de hoje e elegiam alguns temas para aprofundar dependendo dos interesses específicos de cada professor.

Alguns anos antes de me tornar professora da UFRJ, eu havia trabalhado com um projeto de ações afirmativas para indígenas na Universidade<sup>19</sup>, em que uma das preocupações levantadas junto às instituições que trabalharam conosco era justamente a da necessidade de adequação dos currículos à presença daqueles alunos nos cursos, buscando vias de inserir seus saberes e experiências específicas na estrutura curricular. Curiosamente, apesar dessa experiência, até aquele momento eu não havia conseguido enxergar o problema dos currículos de antropologia sobre racismo que excluía as reflexões de autores negros do debate. Nesse sentido, não bastava que a disciplina tivesse uma bagagem sólida de crítica aos pressupostos racistas firmados sobretudo pelas correntes da antropologia biológica estruturadas ao longo do século 19 e primeira metade do 20, com inúmeros representantes e desdobramentos no Brasil<sup>20</sup>. E também não bastava que essas críticas fossem apresentadas nos cursos introdutórias de antropologia, complexificando – o que me parecia muito bom! - as visões mais simplistas sobre a disciplina, que costumavam apresentá-la como “serva do colonialismo” e outros termos afins. Em pleno século 21, de fato, não fazia nenhum sentido falar dessas críticas sem colocar em cena a voz de diversas gerações de

19 Ver Projeto Trilhas de Conhecimentos em <http://trilhasdeconhecimentos.laced.etc.br/>.

20 Para um panorama dessas visões, na voz dos próprios autores que se alinharam a esse tipo de perspectiva, ver BOTELHO; SCHWARCZ (2009).



intelectuais e militantes políticos negros que haviam contribuído, muitas vezes ao preço de suas vidas, para sua construção.

Assim, quando parte da turma de Antropologia Cultural começou a me trazer livros de Fanon, Césaire e de outros intelectuais negros, perguntando se não haveria espaço para eles no curso, resolvi mudar a dinâmica para atender as demandas colocadas. Naquela altura, eu estava estruturando um grupo de pesquisa junto ao CNPq articulando investigações sobre colonialismo e cooperação para o desenvolvimento, que me possibilitava contatos com estudantes e pesquisadores brasileiros e africanos ligados à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –Unilab<sup>21</sup>. A partir das atividades desse grupo, pude organizar debates e seminários sobre raça, etnicidade e racismo a partir da produção de intelectuais negros africanos e brasileiros<sup>22</sup>. Com essa mudança de rumo no curso, em que passei a incluir a produção de intelectuais negros discutindo a própria produção bibliográfica a seu respeito e os estudos realizados em contextos afro-brasileiros, africano e da diáspora africana, recebi um comentário de um dos alunos cotistas que resume bem o atraso em que estávamos, na universidade, em relação a essas questões: “Professora, não sabia que os pretos escreviam essas coisas”<sup>23</sup>. Estávamos em 2016. O apagamento dos autores negros era uma realidade que até então passara despercebida. Contentávamo-nos com a crítica aos conceitos de raça e ao racismo produzidas no interior da própria disciplina, como se a crítica, ainda que feita de modo correto e bem fundada, não tivesse cor.

#### 4. Considerações finais

Podemos dizer que o objetivo principal e imediato do movimento *Ocupa IFCS* foi alcançado: primeiro a partir de um sistema de “quentinhas” produzidas

---

21 Refiro-me o GP “Cooperação internacional e tradições de conhecimento: política, território e cultura em cenários coloniais e pós-coloniais”, em que atuei com co-coordenadora entre 2016 e 2020 juntamente com a antropóloga Carla Susana Alem Abrantes, professora da Unilab, que resultou em coletânea por nós organizada em 2020 (ver BARROSO; ABRANTES 2020).

22 Destaco nesse quadro a mesa de debates realizada no curso com o historiador senegalês radicado no Brasil, Alain Pascal Kaly, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, a partir do artigo “Os pais e a relação afetiva seletiva: como a França criou os seus próprios terroristas”, à época no prelo. Kaly havia participado das primeiras reuniões que, posteriormente, levaram à formação do GP “Cooperação internacional e desenvolvimento”.

23 Destaco nesse contexto a coletânea organizada por SILVA; EVARISTO (2011), com inúmeros artigos de intelectuais negros, utilizada para a realização de seminários e trabalhos finais no curso.



fora do instituto e distribuídas diariamente aos alunos, e depois com a entrada em funcionamento de um restaurante no primeiro andar do prédio, o problema da alimentação a preços acessíveis para os estudantes foi finalmente resolvido, depois de décadas sem solução. Reivindicações paralelas, como a criação de uma sala de convivência para mulheres com filhos, ficaram para um outro momento. A não vinculação do movimento a grandes pautas da política nacional, embora tenha expressado um tipo de demanda mais urgente e cotidiana, e sua veiculação a partir de formatos novos e desvinculados de canais institucionais de luta anteriores, se mostraria um problema que, de resto, vinha acompanhando as manifestações que aconteciam no país desde 2013, cujo estopim também havia sido uma demanda ligada às necessidades da vida cotidiana das pessoas, o preço das passagens de ônibus. O desprezo pelas grandes pautas nacionais refletia em grande medida o próprio enfraquecimento dos canais tradicionais de mobilização política apontado acima, e o descrédito dos partidos políticos, inclusive do Partido dos Trabalhadores, que em 2016 completava 14 anos no poder e se mostrava distante dos movimentos de base popular que o haviam levado ao poder.

Embora não tivesse sido uma pauta explícita do movimento, minha experiência como docente junto aos alunos calouros que conduziram o *Ocupa IFCS* dentro do instituto, constituída em grande medida pelos primeiros cotistas negros a entrarem para a UFRJ, me obrigou a repensar os conteúdos curriculares em vigor nos cursos de graduação em antropologia. Os mesmos alunos que reivindicavam o direito básico à alimentação para poderem estudar, eram os que se dirigiam a mim no final das aulas perguntando por autores e autoras negras que não viam fazer parte das ementas dos cursos. A inclusão de uma literatura focada nas relações entre a antropologia e o colonialismo na bibliografia desses cursos me parece um caminho fecundo a ser trilhado para a revisão curricular que as transformações do perfil dos estudantes universitários a partir das políticas de ação afirmativa no ensino superior no país impõem. Nesse sentido, cabe registrar que a própria tradição antropológica nos fornece um rico ponto de partida, se considerarmos que a trajetória de crítica da disciplina a seus próprios pressupostos, levada adiante não só por antropólogos oriundos dos centros de formação metropolitanos, mas também por gerações formadas nas antigas colônias que utilizaram seu acervo para refletir sobre as relações de poder e dominação estabelecidas sobre populações e territórios específicos. Nesse sentido, cabe destacar que todo um conjunto de lideranças nacionalistas ligadas

aos processos de independência das antigas colônias africanas, como Jomo Kenyatta, do Quênia, Kofi Busia, de Gana, Nmandi Azikiwe, da Nigéria, e Eduardo Mondlane, de Moçambique, entre outros, tiveram formação em antropologia. Os esforços recentes para trazer a público em língua portuguesa a produção de antropólogos africanos anglófonos e francófonos, bem como os trabalhos de antropólogos ligados à diáspora africana nas Américas, tem sido um passo importante nessa direção<sup>24</sup>.

Registro ainda que as possibilidades acima apontadas fazem pontes importantes com boa parte da produção antropológica brasileira que se debruçou sobre os debates que tratam da temática do Estado e do colonialismo interno na formação do Brasil, centrados em grande medida na discussão sobre as questões indígena, quilombola e de outras populações tradicionais (OLIVEIRA, 1988; CUNHA, 1992; SOUZA LIMA, 1995; ALMEIDA, 2004, entre outros), que já contam hoje com as reflexões de profissionais oriundos desses grupos (NASCIMENTO, 2010; BENITES, 2012; LUCIANO, 2017; TERENA, 2022, entre outros). Nesse sentido, a busca de conectar debates que permitem identificar questões comuns a problemáticas localizadas nos diferentes espaços sociais, geográficos e políticos da América Latina e África, vem sendo um desafio importante que começa a fazer parte das agendas de pesquisa no Brasil (ver por ex. BARROSO; ABRANTES, op. cit., ALMEIDA, 2021). Da mesma forma, a produção de dissertações e teses de alunos africanos produzidas em programas de pós-graduação brasileiros, notadamente a partir do incremento da cooperação internacional sul-sul ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, (MACATA, 2014; AMONA, 2020, entre outros), tem se mostrado um campo fértil para repensar as práticas antropológicas a partir de uma visão que não separa o trabalho acadêmico das possibilidades de inserção profissional dos estudantes em seus países de origem, numa perspectiva de participação na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à resolução dos grandes problemas nacionais, questão de resto apontada como central pelas instâncias de representação da comunidade de antropólogos africanos (NKWI, 2012). Por outro lado, cabe considerar também os aportes trazidos por esses estudantes para pensar a re-

---

24 Ver a esse respeito, por exemplo, os recentes dossiês de tradução da revista *Ayé*. No caso específico da produção ligada à diáspora nas Américas, destaco o interesse dos estudantes negros brasileiros em recuperar a trajetória de intelectuais da diáspora que contribuíram para as reflexões sobre raça, racismo e colonialismo. Podemos apontar como um bom exemplo nessa direção o trabalho de NASCIMENTO (2019) sobre o sociólogo norte-americano W.E.B. Dubois, em que se discute justamente o caráter pioneiro de suas pesquisas na utilização de técnicas de trabalho de campo em cenários urbanos, que seriam posteriormente consagradas dentro da disciplina antropológica.

alidade brasileira, a partir do deslocamento que operam ao fazer seus estudos aqui, apontando caminhos e possibilidades de interpretação dessa realidade a que de outra forma não teríamos acesso (cf. CABRAL, 2015; TCHAM, 2016).

Finalmente, conectar de maneira mais visível debates dentro do Brasil com debates em África e nos países ligados à diáspora africana nas Américas atenderia em parte às demandas desenhadas a partir da presença de estudantes cotistas negros que se reivindicam e se pensam em relação com uma ancestralidade africana. Oferecer-lhes instrumentos para refletir sobre isso a partir dos métodos e técnicas da antropologia, bem como de seus acervos teóricos, construídos em íntima relação com as situações e contextos históricos que levaram à produção de conceitos que viabilizaram a dominação colonial em bases racializadas e, por outro lado também, sua crítica e contestação, é algo que, certamente, podemos fazer.

### **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n.1, p. 9-32, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Antropologia e colonialismo: etnografias periféricas em Moçambique, Quênia, Sudão e Brasil**. São Luis: UEMA Edições/ PNCSA, 2021.

ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina, e ESCOBAR, Arturo. 2000. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: \_\_\_\_ (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, pp. 15-57.

AMONA, Dingana Paulo Faia. **Narrativas sobre a guindade/i: identidade nacional e diversidade étnica na Guiné Bissau**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará – UFC / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Fortaleza, CE, 2020.

BARROSO, Maria Macedo; ABRANTES, Carla Susana Alem (Orgs.). **Antropologia, cooperação internacional e processos de formação de Estado: entre práticas de governo e práticas da política**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020.



BENITES, Tônico. Tradições de conhecimento Kaiowá e história das formas de dominação. In: LUCIANO, Gersem José dos Santos; HOFFMANN, Maria Barroso; OLIVEIRA, Jô Cardoso de. (Orgs.). **Olhares indígenas contemporâneos II**. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas – CINEP, 2012, p.58-103.

CABRAL, Frederico Matos Alves. **Os estudantes africanos nas instituições de ensino superiores brasileiras: o Programa Estudante Convênio de Graduação**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras;FAPESP;SMC, 1992.

CRUZ, Felipe. Entre la academia y la aldea. Algunas reflexiones sobre la formación de indígenas antropólogos en Brasil. **Anales de Antropología**, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.anthro.2016.11.005>, acesso em 10 de agosto de 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e educação no Brasil. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.) **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo, Editora 34, 2019, p.37-52. MACATA, Nurdino Cassiano. **‘A Ndambi Hi Muyendzi’: Estado-nação, desenvolvimento e gestão de calamidades naturais no vale do Limpopo**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, RJ, 2014.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. **Revista Educação Pública**, v. 26, n. 62/1, p. 295-310, 2017.

NASCIMENTO, Rita Gomes. Performances e experiências de etnicidade: práticas pedagógicas Tapeba. In: LUCIANO, Gersem José dos Santos; HOFFMANN, Maria Barroso; OLIVEIRA, Jô Cardoso de. (Orgs.). **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas – CINEP, 2010, p.18-61.



NASCIMENTO, Ana Carolina Santos do. **W.E.B Du Bois: uma leitura**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

NKWI, Paul. Antropologia na África pós-colonial. O debate da sobrevivência, In: ESCOBAR, Arturo e RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia Mundiais. Transformações da disciplina em sistemas de poder**. Brasília, Ed. UnB, 2012, p. 221-254.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero; MCT-CNPq, 1988.

RIBEIRO, Rejane Arruda e PULINO, Lucia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil. As ocupações das escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. **Psicologia Política**, v. 19, n. 45, p. 286-300, 2019.

SANTANA, Guilherme Xavier. Democracia direta, ação direta e autogestão: o caso do movimento de ocupações estudantis na América Latina. **Inter-ação**, v. 46, n.1, p.131-148, 2021.

SILVA, Denise Almeida e EVARISTO, Conceição (Orgs.). **Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana**. Erechim, Frederico Westphalen: URI, 2011.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TCHAM, Ismael. **A África fora de casa. Sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016.

TERENA, Luiz Eloy. Movimento e resistência indígena no contexto pandêmico brasileiro. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 1-25, 2022.

TURNER, Victor. **O processo ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

